

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

Neste número

Práticas Artísticas na Modernidade

*Um Encontro sobre
Antropologia das Artes*

Vol. 11
1993

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“Regresso à Terra”: a terceira visão

Regresso à Terra

Realização: Catarina Alves Costa

Câmara e Montagem: Catarina Alves Costa

Som: João Vasconcelos

Granada Center for Visual Anthropology - University of Manchester, 1992.

35 min., vídeo

Catarina Alves Costa licenciou-se em Antropologia Social pelo ISCTE em 1990. A seguir à licenciatura, e como bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian, fez o mestrado em Antropologia Visual da Universidade de Manchester, no famoso Granada Center for Visual Anthropology. *Regresso à Terra* é o trabalho final do mestrado e, pelo que me foi dado saber, um dos mais apreciados pelo público e docentes do Centro. Mas não é só para C.A.C. que isto é motivo de satisfação; aliás, como realizadora, provavelmente estará a sonhar já com o próximo filme, mais do que a preocupar-se com o impacto deste. É importante para toda a comunidade antropológica portuguesa, já que se trata do primeiro filme português saído da que é uma das escolas mais influentes de Antropologia Visual.

O filme relata, basicamente, um verão passado em Arga de Baixo, na serra de Arga (concelho de Caminha). Os personagens são pessoas por direito próprio e não paradigmas ou exemplos; não há aqui nem exotismo ruralista nem pessoas afogadas em solidariedade orgânica. O suporte fílmico é, aliás, ótimo para desmascarar essas abstrações sociológicas. O tema central, indicado pelo próprio título, é o regresso estival dos emigrantes, quer de França, quer de Lisboa. Somos confrontados com as diferenças de gerações, com as interpretações que

os emigrantes fazem da sua terra e dos locais de emigração; somos sobretudo levados a conhecer a diferença entre quem ficou (as velhas, as viúvas, uma ou outra rapariga solteira) e quem partiu. Uma diferença que começa por ser (e acaba por ser) sobretudo afectiva e emocional: a alegria quase festiva do regresso à terra em contraste com a melancolia de quem sabe que em breve o sonho vai acabar com a partida dos familiares.

Esta dimensão emotiva está no cerne das preocupações de muitos antropólogos hoje em dia. Como dar conta dela?, parece ser a questão central. Se na etnografia escrita isso se faz através de uma retórica semelhante á da literatura, em cinema e vídeo isso faz-se através de três dimensões principais: a postura da câmara e de quem filma; o efeito ficcional da montagem; o uso de outros artifícios de retórica: comentário, música, ângulo de visão, composição, etc.

A realizadora nunca surge na imagem. Sabemos que ela lá está, por vezes ouvimo-la colocar perguntas aos filmados. A suposta “honestidade” implícita do facto de o antropólogo e/ou cineasta figurar é aqui recusada, mas apenas para produzir um efeito, esse sim, honesto: todos sabemos que há alguém por trás da câmara, todos sabemos que esta nos mostra o que a autora quer mostrar. As regras ficam, assim, mais claras. Junte-se a isto que a qualidade do olhar recusa a distância contemplativa: não há zooms, há antes câmara que se desloca ao âmago das coisas, sejam elas rostos, sussuros, interiores de casas, corpos que dançam. Igualmente, não há câmara parada ou a limpidez do tripé: *sabemos* que a câmara se desloca com o corpo da realizadora, e isto dá-nos uma sensação de participação insubstituível.

É na mesa de montagem que se constroem ficções. C.A.C. sabe que não há como escapar à ficção, pois esta é o produto inevitável de qualquer relação entre sujeito e objecto. Dois meses de trabalho de campo e horas e horas de fita gravada, são trabalhados de maneira a passarem-nos a interpretação que a realizadora fez dos factos. A própria existência de um tema obriga à confecção de uma experiência vivida. E é justamente isso que queremos, como espectadores e antropólogos, e não versões condensadas do fio das coisas “tal e qual”. Neste filme, vamos passando da procissão para o baile, dos banhos no rio para as entrevistas à volta da mesa. As mesmas cenas regressam para explicar outras já surgidas: na montagem as experiências reenviam-se para se explicarem mutuamente, como na escrita factos sociais experimentados em separado, no terreno, se retecem no propósito da interpretação e explicação. Por isso não há comentário oral da antropóloga, nem trilha musical sobreposta: a voz off é a dos filmados, a música é a que foi gravada em certas cenas filmadas.

Estes traços fazem de *Regresso à Terra* um filme exemplar: não descamba para o cinema etnográfico que passa a câmara para as mãos dos “objectos de estudo”; recusa-se a ficar pela autoridade explicativa do que se

poderia chamar o “etno-zoom”, distanciado, pomposamente objectivista, inconsciente da sua mentira; graças ao facto de C.A.C. assumir que fez um *documentário* e não o filme etnográfico que serve de suporte a um texto escrito, nem o filme “etno-intervenção” que caracterizou alguma cinematografia portuguesa nos anos 60 e 70.

É certo que o filme foi feito dentro dos cânones de escola. Mas esta é a melhor maneira de aprender. E pelo menos a escola foi a de Manchester e não a do IWF alemão, ou a da diletância dos vídeos amadores feitos por muitos de nós no terreno.

Finalmente, devo confessar a angústia de escrever um texto destes: como transmitir por palavras escritas a emoção visual? Porque trata-se disso mesmo: o filme permite que aquilo que normalmente distinguimos (linguagem e elocução, corpo, matéria, rito, etc.) na escrita, se condense no decorrer do visionamento. Mesmo quando a qualidade visual do suporte vídeo é inferior à da película. Mas também *graças* ao vídeo que permite ao antropólogo “entrar nas coisas” com uma Terceira Visão. Já sabia, por contacto profissional com ela, que C.A.C. tinha a primeira visão (o gosto e capacidade pelo trabalho de campo) e a segunda (a capacidade de escrever e analisar). Agora fiquei a saber que tem também a terceira... E fiquei muito contente.

Miguel Vale de Almeida

A revista *Antropologia Portuguesa* admite para publicação artigos originais e resenhas críticas relacionados com todas as áreas da Antropologia. Os originais enviados ao editor, são submetidos à consideração dos órgãos da revista, reservando-se estes o direito de selecção. Os originais são aceites sob a garantia que não serão publicados pelo seu autor sob nenhuma outra forma ou língua sem o consentimento do editor e a sua devolução está dependente da vontade expressa do autor. É da responsabilidade do autor, a obtenção de autorizações para a reprodução de material previamente publicado. As opiniões expressas nos artigos são as dos seus autores e não necessariamente coincidentes com as dos órgãos da Revista.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Os originais devem ser enviados em triplicado, dactilografados a dois espaços, em papel no formato A4. As notas e as referências, também a dois espaços, devem ser apresentadas em folhas separadas, no fim do artigo.

Todas as entradas da lista de referências bibliográficas, devem ser citadas no texto e vice-versa. No texto, as referências são citadas entre parêntesis, com o(s) último(s) nomes, datas de publicação e, quando necessário, número da(s) página(s) ou, no caso do nome do autor já ser referido no texto, apenas com data e página(s). A lista de referências deve ser organizada alfabeticamente pelo último nome dos autores seguido da data da publicação, título, local de edição e editor, como se exemplifica:

Livro:

Geertz, C. 1973. *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic Books.

Revista:

Howells, W. W. 1953. Correlations of brothers in factor scores. *American Journal of Physical Anthropology*, 21: 121-140.

Na lista de referências, não devem ser usados caracteres itálicos, destacados ou sublinhados.

As tabelas devem ser numeradas pela ordem em que surgem no texto e apresentadas, com os respectivos títulos, em folhas separadas no final do texto.

As figuras (gráficos, fotografias, desenhos, mapas, etc.) devem ser apresentadas prontas para reprodução. Não serão aceites fotocópias.

Cada artigo deverá ser acompanhado de um resumo de 100-150 palavras. Este resumo deverá ser escrito em português e em francês ou inglês. No caso dos artigos em francês ou inglês, o editor poderá encarregar-se da tradução do resumo para português.

Os originais poderão ser apresentados em disquete, em formato ASCII, acompanhados de uma cópia impressa.